



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS

ADRIANA DIAS DA CUNHA

PRECONCEITO LINGUÍSTICO NAS ESCOLAS:
Impactos, desafios e estratégias de inclusão na educação básica

BRASÍLIA

2024

ADRIANA DIAS DA CUNHA

**PRECONCEITO LINGUÍSTICO NAS ESCOLAS:
Impactos, desafios e estratégias da inclusão na educação básica**

LINGUISTIC PREJUDICE IN SCHOOLS:
Effects, challenges and inclusion strategies in basic education

Monografia apresentada à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, no curso de Língua Portuguesa e Respectiva Literatura da Universidade de Brasília (UnB), para obtenção do grau de licenciado.

Orientador: Roberto Augusto Nunes Gandulfo

BRASÍLIA

2024

A todos os educadores comprometidos com a promoção de uma educação inclusiva e justa, que valorizam a diversidade linguística como riqueza e não como barreira. Aos estudantes que, com suas vozes únicas e plurais, desafiam as normas e nos ensinam que a língua é, antes de tudo, um patrimônio vivo e diverso. E, especialmente, aos meus familiares e amigos, cujo apoio e incentivo foram fundamentais ao longo desta jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me conceder saúde, sabedoria e força para enfrentar os desafios ao longo desta jornada acadêmica. Sua presença constante foi um pilar fundamental em minha vida, guiando-me e iluminando meu caminho.

À minha família, meu mais sincero e profundo agradecimento. Aos meus pais, pela paciência, pelo amor incondicional e pelo apoio irrestrito em todos os momentos. Às minhas irmãs, por serem uma fonte constante de inspiração e encorajamento. Cada um de vocês foi essencial para que eu pudesse chegar até aqui.

Aos meus professores, deixo meu reconhecimento e gratidão pela dedicação e pelo empenho em compartilhar seus conhecimentos. Agradeço especialmente ao meu orientador por sua orientação, paciência e valiosas contribuições ao longo do desenvolvimento deste trabalho. A todos os docentes que, de alguma forma, contribuíram para minha formação acadêmica e pessoal, meu muito obrigada.

Este trabalho é fruto do apoio e da colaboração de todos vocês. Sou imensamente grato por terem acreditado em mim e por terem caminhado ao meu lado nesta trajetória.

RESUMO

O preconceito linguístico, conforme descrito por Marcos Bagno em *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*, refere-se à discriminação de determinadas variantes da língua em prol da norma culta, criando exclusão social e educacional. Maridelma Laperuta Martins, em *Preconceito Linguístico e sua Conscientização: o Papel da Escola*, destaca a importância da conscientização dos educadores para o combate a esse preconceito, incentivando práticas que valorizem a diversidade linguística no ambiente escolar. Já Salete Aparecida Franco Miyake, em seu estudo sobre os livros didáticos usados em escolas do campo, critica o papel desses materiais no reforço da norma padrão, desconsiderando as realidades linguísticas locais dos alunos. Os autores concordam que a inclusão linguística nas escolas é essencial para combater o preconceito e promover uma educação mais equitativa e consciente das múltiplas formas de expressão da língua.

Palavras-chave: Preconceito Linguístico, Norma Culta, Diversidade Linguística, Conscientização, Livros Didáticos, Inclusão.

ABSTRACT

Linguistic prejudice, as described by Marcos Bagno in *Linguistic Prejudice: What It Is, How It Is Done*, refers to the discrimination of certain language variants in favor of the standard norm, creating social and educational exclusion. Maridelma Laperuta Martins, in *Linguistic Prejudice and its Awareness: The Role of Schools*, highlights the importance of raising awareness among educators to combat this prejudice, encouraging practices that value linguistic diversity in the school environment. Salete Aparecida Franco Miyake, in her study of textbooks used in rural schools, criticizes the role of these materials in reinforcing the standard norm, disregarding the local linguistic realities of students. The authors agree that linguistic inclusion in schools is essential to combat prejudice and promote a more equitable education that is aware of the multiple forms of language expression.

Keywords: Linguistic Prejudice, Standard Language, Linguistic Diversity, Educators' Awareness, Textbooks, Inclusion.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. PRECONCEITO LINGUÍSTICO	8
2.1. CONCEITUANDO ‘PRECONCEITO LINGUÍSTICO’.....	9
2.2. PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	9
2.3. IMPACTOS SOCIAIS E PSICOLÓGICOS.....	10
2.4. OS EFEITOS DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	12
3. DESAFIOS DA ESCOLA	15
3.1. PRÁTICA PEDAGÓGICA E INCLUSÃO.....	15
3.2. PRECONCEITO LINGUÍSTICO E ESCOLRIZAÇÃO.....	16
3.3. QUE GRAMÁTICA ENSINAR NA ESCOLA?.....	18
3.4. ESTRATÉGIAS DE COMBATE AO PRECONCEITO LINGUÍSTICO.....	19
4. CONCLUSÕES	22
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	24

1. INTRODUÇÃO

O preconceito linguístico é a discriminação que ocorre por causa das diferenças na forma como as pessoas falam. Esse problema tem sido comum nas escolas do Brasil. Em um país tão grande e com uma enorme diversidade de culturas e modos de falar, as escolas acabam sendo locais onde esse tipo de preconceito se manifesta, afetando principalmente alunos que vêm de regiões suburbanas, comunidades indígenas e áreas rurais.

A língua, que deveria unir as pessoas e promover a igualdade, muitas vezes se torna uma ferramenta de exclusão e discriminação, aumentando as desigualdades sociais e dificultando a participação plena dos alunos nas atividades escolares.

Este trabalho tem como objetivo discutir os efeitos do preconceito linguístico na Educação Básica, analisando os desafios que professores e alunos enfrentam, e sugerindo estratégias para criar um ambiente escolar mais inclusivo e respeitoso.

A ideia é mostrar a importância de uma abordagem educacional que valorize as diferentes formas de falar como expressões legítimas da identidade cultural dos alunos, promovendo uma educação que respeite a diversidade e combata as práticas discriminatórias nas salas de aula.

2. PRECONCEITO LINGUÍSTICO

O preconceito linguístico configura quando certas formas de falar são discriminadas por não seguirem a norma-padrão da língua. Segundo Marcos Bagno (2007), isso é uma forma de discriminação que considera esses jeitos de falar como inferiores ou errados (p. 22). Esse preconceito envolve julgar negativamente as formas de comunicação que não seguem a norma culta, que geralmente é vista como mais prestigiada e “correta”.

No Brasil, o preconceito linguístico é forte devido à grande diversidade cultural e linguística do País. O Brasil tem muitas variantes linguísticas, e diferentes regiões e grupos sociais têm jeitos distintos de se expressar. Apesar dessa diversidade, a norma-padrão de linguagem, geralmente associada ao português formal e escrito, ainda é considerada a forma “correta” ou “superior” de falar. Isso cria uma hierarquia das formas de linguagem, levando ao desrespeito e à marginalização de outras variantes.

Nas escolas, o preconceito linguístico pode aparecer de várias formas. Pode ser explícito, como quando alunos que falam de maneira diferente, como com dialetos regionais ou línguas indígenas, são julgados e criticados. Esses alunos podem ser ridicularizados, excluídos ou receber notas mais baixas em suas produções escritas e orais, o que afeta sua autoestima e desempenho acadêmico.

Também há formas mais sutis de preconceito, como a falta de reconhecimento e valorização das diferentes formas de falar na prática pedagógica. Muitas vezes, os educadores e currículos ignoram a diversidade linguística dos alunos e insistem que apenas a norma culta é válida. Isso cria um ambiente escolar que não valoriza a riqueza linguística dos alunos e reforça a ideia de que suas formas de comunicação são inadequadas.

O impacto do preconceito linguístico nas escolas é sério. Alunos que enfrentam discriminação linguística frequentemente se sentem inadequados e alienados, o que pode prejudicar seu desempenho escolar e sua motivação para aprender. Além disso, essa discriminação perpetua desigualdades sociais, ao fazer com que formas de linguagem não padrão pareçam menos valiosas e menos dignas de respeito.

Entender o preconceito linguístico e como ele se manifesta é essencial para criar estratégias que promovam a inclusão e valorizem a diversidade linguística nas escolas. É importante reconhecer a validade das diferentes formas de linguagem e criar um ambiente educacional que respeite e celebre essa diversidade para garantir uma educação mais justa e respeitosa para todos os alunos.

2.1 CONCEITUANDO ‘PRECONCEITO LINGUÍSTICO’

Preconceito linguístico refere-se à discriminação contra formas não normatizadas ou variáveis de linguagem. Segundo Marcos Bagno (2007), “o preconceito linguístico é uma forma de discriminação que considera as variantes linguísticas como inferiores ou erradas” (p. 22). No contexto brasileiro, em que a diversidade linguística é vasta, este preconceito pode manifestar-se de maneira explícita e implícita nas escolas, afetando negativamente a autoestima e o desempenho acadêmico dos alunos.

2.2 PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA ESCOLA

O preconceito linguístico acontece quando formas de falar diferentes da norma culta são vistas como inferiores. Marcos Bagno explica que isso acontece porque a norma culta é considerada a forma “correta” da língua, e outras formas são desvalorizadas. Na Educação Básica, isso pode causar muitos problemas, afetando o aprendizado dos alunos e sua autoestima, além de reforçar desigualdades sociais.

Para Bagno, esse preconceito reflete como a sociedade está organizada. Ele diz que “a língua é vista como um bem de consumo, e seu uso correto seria a chave para o sucesso e a ascensão social” (Bagno, 1999, p. 15), ou seja, valoriza-se muito a norma culta e despreza-se outras formas de falar que são comuns para muitas pessoas. Quando a escola adota essa perspectiva, ela ignora a diversidade linguística dos alunos e não promove uma educação inclusiva e justa.

Na prática, o preconceito linguístico na escola se mostra claramente na exclusão dos alunos que não falam a norma culta. Bagno afirma que, ao exigir o uso do português formal como único válido, a escola marginaliza os que falam de maneira diferente. “Os alunos que falam essas variedades linguísticas são, muitas vezes, estigmatizados como 'incapazes' ou 'menos inteligentes', simplesmente porque sua fala não corresponde à norma culta” (Bagno, 1999, p. 21). Isso pode prejudicar a autoestima dos alunos, implicando que se sintam inadequados e até abandonem os estudos.

Além de afetar a autoestima, o preconceito linguístico também dificulta o aprendizado. Quando a escola desvaloriza a forma de falar dos alunos e impõe uma língua que eles não usam cotidianamente, cria uma distância entre o aluno e o que é ensinado. Bagno diz que “ao ignorar a realidade linguística do aluno, a escola falha em se conectar com a sua experiência de vida,

tornando o aprendizado menos significativo e mais difícil” (Bagno, 1999, p. 30). Em vez de incluir todos, a escola reforça desigualdades.

Outra consequência é que o preconceito linguístico impede os alunos de entenderem melhor a língua e suas variações. Bagno acredita que “a diversidade linguística deveria ser vista como uma riqueza e não como um problema a ser corrigido” (Bagno, 1999, p. 35). Mas, ao valorizar só a norma culta, a escola fornece uma visão limitada da língua e não ajuda os alunos a entenderem sua importância social e cultural.

Isso acarreta que alunos que dominam a norma culta, geralmente de classes sociais mais altas, sejam vistos como mais capazes, enquanto os que falam outras variantes são discriminados. Bagno alerta que “a educação, ao adotar a norma culta como única forma válida de expressão, acaba por legitimar a dominação de uma classe sobre as outras” (Bagno, 1999, p. 41).

Para mudar isso, a escola precisa valorizar todas as formas de falar, reconhecendo que cada uma delas tem seu valor. Ensinar a norma culta é importante, mas deve ser feito sem desprezar outras formas de linguagem. Bagno diz que “o primeiro passo para uma educação verdadeiramente inclusiva é o respeito às formas de fala dos alunos, sem transformá-las em motivo de vergonha ou discriminação” (Bagno, 1999, p. 50). Assim, a escola pode ajudar os alunos a valorizarem sua própria identidade linguística e cultural.

Em resumo, o preconceito linguístico na Educação Básica tem impactos graves, prejudicando o desenvolvimento pessoal e o desempenho escolar dos alunos. Marcos Bagno argumenta que desvalorizar as variantes linguísticas na escola reforça desigualdades sociais e impede que os alunos entendam melhor a língua e seu papel na sociedade. Para enfrentar esses problemas, a escola deve adotar uma abordagem inclusiva, valorizando a diversidade linguística e respeitando todas as formas de expressão.

2.3 IMPACTOS SOCIAIS E PSICOLÓGICOS

O preconceito linguístico é um tipo de discriminação que afeta a vida de pessoas e grupos de forma psicológica e social. Marcos Bagno, em seu livro sobre o tema, explica que isso acontece porque a norma culta é vista como a forma “correta” de falar, e outras maneiras de expressar-se são desvalorizadas. Isso prejudica a autoestima e as relações sociais de quem fala de maneira diferente, além de reforçar desigualdades sociais.

No aspecto psicológico, o preconceito linguístico afeta a autoestima e a identidade das pessoas. Bagno diz que quem fala dialetos ou variantes do português pode ser visto como menos

inteligente ou menos competente do que quem fala a norma culta. Isso faz com que a pessoa se sinta inadequada e com baixa confiança. “A discriminação linguística afeta diretamente a autoconfiança e a segurança do indivíduo, especialmente em contextos formais como a escola e o trabalho” (Bagno, 1999, p. 22). Uma pessoa, julgada pelo seu dialeto, pode pensar não ser apta a participar de contextos mais formais da vida cotidiana.

Esse impacto psicológico pode levar a sentimentos de vergonha e insegurança. Bagno afirma que “a estigmatização da fala de uma pessoa tem consequências profundas para seu desenvolvimento pessoal, pois a linguagem está ligada à forma como nos vemos e nos relacionamos com o mundo” (Bagno, 1999, p. 25). Sentir-se inadequado por falar de forma diferente pode afetar a capacidade de expressar-se em público e de interagir em situações formais, prejudicando o sentimento de pertencimento à sociedade.

Os efeitos sociais do preconceito linguístico são igualmente sérios. Pessoas que falam de maneira não formal ambientes prestigiados, como universidades e empregos, podem ser tidas como incapacitadas culturalmente. Bagno explica que “a língua é um importante instrumento de poder na sociedade, e dominar a norma culta é um dos principais caminhos para o sucesso social” (Bagno, 1999, p. 28). Aqueles que não conhecem a norma-padrão enfrentam discriminação, o que reduz suas oportunidades de sucesso e perpetua a exclusão.

Além disso, o preconceito linguístico reforça estereótipos sociais e divide as classes e regiões. Muitas vezes, a discriminação linguística está ligada a preconceitos sobre classe social, região e até raça, já que o uso de uma linguagem estereotipada reforça a discriminação, já que as variantes não formais da língua são frequentemente associadas a grupos marginalizados, contribuindo para a manutenção de sua exclusão social e limitando suas oportunidades de sucesso. Bagno observa que “a discriminação linguística frequentemente anda junto com outros preconceitos, como racismo e preconceito de classe, reforçando a ideia de que certos grupos são inferiores” (Bagno, 1999, p. 33). Isso cria barreiras para a integração social e para a valorização da diversidade cultural.

Os impactos sociais também afetam a coesão entre diferentes grupos. A exclusão baseada na forma de falar dificulta o diálogo e a compreensão mútua. Bagno ressalta que “ao valorizar apenas a norma culta, a sociedade desvaloriza sua própria diversidade linguística e cultural, prejudicando a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva” (Bagno, 1999, p. 40). Assim, o preconceito linguístico não só afeta indivíduos, mas toda a sociedade, ao impedir que a diversidade seja respeitada e valorizada.

O preconceito linguístico também se reproduz em instituições como as escolas. Bagno diz que, ao insistir que apenas a norma culta é aceitável, a escola reforça o preconceito e afeta negativamente os alunos que não falam dessa forma: “[a] escola, ao ignorar as variedades linguísticas dos alunos, reforça o preconceito e contribui para a exclusão desses estudantes de espaços de prestígio social” (Bagno, 1999, p. 45). Em vez de valorizar a diversidade, a escola muitas vezes provoca que os alunos sintam que sua maneira de falar e sua identidade são menos válidas.

Para superar esses desafios, é necessário mudar a forma como a sociedade e as instituições entendem a linguagem. Bagno sugere que “o primeiro passo é reconhecer que todas as formas de falar têm valor, e que a norma culta não é a única maneira válida de se expressar” (Bagno, 1999, p. 50). Isso envolve reeducar professores e alunos para valorizar a diversidade linguística como uma riqueza, e não um problema a ser corrigido.

Em resumo, os impactos do preconceito linguístico são profundos e afetam tanto o desenvolvimento pessoal quanto a estrutura social. Bagno argumenta que essa discriminação prejudica a autoestima, a inclusão social e as oportunidades de avanço daqueles que falam variantes do português. Para enfrentar esses problemas, é fundamental adotar uma postura mais inclusiva e respeitosa em relação à diversidade linguística, tanto nas escolas quanto em outros espaços sociais, para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

2.4 OS EFEITOS DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA ESCOLA

O preconceito linguístico é um problema sério nas escolas brasileiras, como discutido por Marcos Bagno, em seu livro, e por Marildelma Laperuta Martins, em seu trabalho sobre a questão. Ambos os autores mostram que essa forma de discriminação afeta o desempenho dos alunos, especialmente aqueles que não falam a norma culta da língua, causando exclusão e limitando suas oportunidades.

Bagno explica que o preconceito linguístico surge porque a norma culta é entendida como a única forma “correta” de falar. Ele afirma que “a norma culta é tratada como um padrão inalcançável para a maioria, e a escola acaba reforçando essa ideia” (Bagno, 1999, p. 17). Por isso, alunos que não falam dessa forma se sentem marginalizados e enfrentam dificuldades no aprendizado. Martins adiciona que “a escola, ao reproduzir o preconceito linguístico, perpetua um sistema que nega aos alunos a chance de valorizar suas próprias identidades linguísticas e culturais” (Martins, 2008, p. 29).

Um dos principais problemas é a desmotivação dos alunos. Quando a escola exige o uso da norma culta sem considerar as realidades linguísticas dos alunos, eles podem se sentir periferizados. Bagno diz que “alunos corrigidos constantemente ou cujas produções são desqualificadas por não seguirem o padrão formal tendem a se afastar da escola” (Bagno, 1999, p. 22). Isso pode levar à falta de participação, ao desinteresse e até à evasão escolar. Se os alunos não se sentem aceitos em seu próprio jeito de falar, perdem o interesse em aprender.

Além disso, o preconceito linguístico afeta a autoestima dos alunos, o que prejudica seu desempenho acadêmico. Bagno observa que “alunos que têm sua fala constantemente corrigida acabam achando que são menos capazes, o que afeta sua confiança e rendimento” (Bagno, 1999, p. 30). Isso é especialmente difícil para alunos de classes populares ou de regiões fora dos grandes centros culturais. A baixa autoestima impacta suas notas e participação em sala de aula.

Martins destaca que a escola deveria ser um lugar que valoriza a diversidade linguística, mas muitas vezes age como um local onde a fala dos alunos é julgada como errada. Segundo ela, “a escola muitas vezes se torna um ambiente onde a fala dos alunos é vista como um problema a ser corrigido” (Martins, 2008, p. 35). Assim, muitos alunos associam a escola a um ambiente hostil, fato que afeta seu desempenho.

Outro problema é a dificuldade de aprender conteúdos formais. Quando a escola não reconhece a fala dos alunos, cria uma barreira entre eles e o que é ensinado. Bagno afirma que, “quando a língua da escola não é a mesma que a língua de casa, o aluno enfrenta uma barreira adicional para entender os conteúdos” (Bagno, 1999, p. 45). Isso torna o aprendizado mais difícil, especialmente nas áreas de leitura e escrita, onde a norma culta é vista como a única forma aceitável.

Martins converge com o autor: “não respeitar as variantes linguísticas dos alunos cria uma distância artificial entre eles e o conteúdo escolar, dificultando o aprendizado” (Martins, 2008, p. 40). Isso leva a um ciclo de fracasso escolar, no qual os alunos que não dominam a norma culta têm dificuldades em todas as disciplinas.

Para resolver esse problema, é necessário que a escola adote uma postura mais inclusiva. Bagno sugere que “o ensino da norma culta deve ser feito de forma crítica, reconhecendo as variantes populares e regionais como legítimas” (Bagno, 1999, p. 50). A escola precisa valorizar a diversidade linguística dos alunos e não tratá-la como um erro. O ensino da norma culta deve ser uma ferramenta adicional, não uma substituição das formas de falar dos alunos.

Martins complementa que “os professores precisam ser treinados para reconhecer a diversidade linguística como uma riqueza, e não um problema” (Martins, 2008, p. 48). A formação dos professores deve incluir o estudo das variações linguísticas e o desenvolvimento de práticas que valorizem a diversidade dos alunos. Assim, será possível superar o preconceito linguístico e criar um ambiente escolar onde todos os alunos se sintam valorizados e capazes de aprender.

3. DESAFIOS NA ESCOLA

Os educadores enfrentam desafios significativos ao lidar com a diversidade linguística presente no ambiente escolar, uma vez que os alunos chegam à escola trazendo consigo diferentes normas e dialetos, moldados por suas experiências familiares e comunitárias. Um dos principais desafios consiste em equilibrar o ensino da norma-padrão com o reconhecimento e a valorização das gramáticas vernaculares que os estudantes já dominam. Segundo Bechara (2009), “todo falante de uma língua histórica é plurilíngue, porque domina ativa ou passivamente mais de uma língua funcional”. Contudo, as escolas frequentemente limitam-se ao ensino da norma-padrão, o que pode resultar na exclusão daqueles que não têm familiaridade com essa variedade linguística.

Outro obstáculo enfrentado pelos educadores é a necessidade de desconstruir a noção de que a norma-padrão representa a única forma “correta” de uso da língua, perpetuando, assim, o preconceito linguístico. Bechara (2009) observa que “não se há de exigir desta gramática o registro de fatos que pertençam a línguas funcionais diferentes”, ressaltando que a gramática normativa deve ser aplicada em contextos específicos, sem invalidar as demais variações da língua. Nesse contexto, o papel do educador é buscar um equilíbrio entre o ensino da norma-padrão e a valorização das demais formas de expressão dos estudantes, promovendo, assim, uma educação mais inclusiva e equitativa.

3.1 INCLUSÃO E PRÁTICA PEDAGÓGICA

Uma abordagem inclusiva, do ponto de vista pedagógico, deve considerar que a Gramática Tradicional, embora importante, é apenas uma das manifestações linguísticas possíveis. Como Bechara afirma, “a gramática normativa recomenda como se deve falar e escrever segundo o uso e a autoridade dos escritores corretos”, sendo, portanto, útil em contextos específicos, como o mercado de trabalho e a comunicação formal. No entanto, os educadores devem enfatizar que essa não é a única norma válida.

É fundamental que a escola proporcione ao aluno a compreensão de que ele já domina uma forma legítima da língua — a que aprendeu em casa. A norma-padrão deve ser ensinada como uma ferramenta adicional, que será útil em determinados contextos, mas sem desmerecer as várias normas vernaculares. Essa abordagem respeita a diversidade linguística e evita que os alunos se sintam alienados ou desvalorizados por não dominarem a norma-padrão desde o início. Como aponta Bechara, “a exemplaridade do português não está claramente fixada em

suas formas”, e, portanto, as diferentes formas de expressão devem coexistir de maneira harmônica no ambiente escolar.

Por meio dessa abordagem, o educador não apenas ensina a norma-padrão, mas também promove uma consciência crítica sobre as várias formas de uso da língua, ajudando o aluno a navegar entre elas conforme o contexto, seja formal ou informal.

3.2 PRECONCEITO LINGUÍSTICO E ESCOLARIZAÇÃO

O preconceito linguístico no ambiente escolar é um problema que afeta diretamente o trabalho dos educadores e o desenvolvimento dos alunos. Este fenômeno, amplamente discutido por autores como Marcos Bagno, Maridelma Laperuta Martins e Salete Aparecida Franco Miyake, revela que o preconceito linguístico não só cria barreiras de inclusão, como também impõe desafios significativos aos professores que buscam promover uma educação inclusiva e crítica. Diante disso, os educadores encontram uma série de obstáculos que precisam ser superados para que se possa garantir uma educação que valorize a diversidade linguística e cultural dos alunos.

Marcos Bagno, em *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*, destaca que um dos maiores desafios enfrentados pelos educadores é a imposição da norma culta como única forma válida de comunicação no ambiente escolar. Segundo ele, “a escola, ao adotar a norma culta como padrão, nega a realidade linguística de seus alunos, ignorando as variedades populares e regionais” (Bagno, 1999, p. 23). Isso coloca os professores em uma posição difícil, pois muitos educadores, ainda que conscientes da pluralidade linguística, são pressionados a seguir um currículo que privilegia a norma culta, o que pode resultar na exclusão de alunos que não dominam essa variante. O desafio, portanto, está em como equilibrar o ensino da norma culta, que é necessária para a inserção social, sem desvalorizar as formas de falar dos estudantes.

Maridelma Laperuta Martins, em sua obra *Preconceito Linguístico e sua Conscientização: o Papel da Escola*, aprofunda essa questão ao argumentar que a formação dos professores muitas vezes não os prepara para lidar com a diversidade linguística. Ela ressalta que “os educadores, em muitos casos, reproduzem o preconceito linguístico por não terem sido treinados para reconhecer e valorizar a pluralidade linguística como um aspecto fundamental da identidade de seus alunos” (Martins, 2008, p. 32). Assim, um dos principais desafios para os educadores é superar suas próprias concepções prévias sobre a língua e adotar uma postura mais inclusiva, o que exige uma formação contínua e a conscientização sobre as diferentes formas de expressão que existem no país. Esse processo de formação é crucial para que os professores

não apenas ensinem a norma culta, mas também promovam um ambiente em que a diversidade seja compreendida como uma riqueza, e não como um problema.

Outro desafio importante, levantado por Salete Aparecida Franco Miyake em *Preconceito Linguístico: Estudo dos Livros Didáticos de Língua Portuguesa Utilizados nas Escolas do Campo no Município de Tijucas do Sul*, está relacionado ao material didático utilizado nas escolas. Ela observa que muitos livros didáticos reforçam o preconceito linguístico ao apresentar apenas a norma culta como modelo de correção e sucesso, desconsiderando as variantes populares e regionais. Miyake afirma que “os livros didáticos de língua portuguesa, especialmente nas escolas do campo, frequentemente ignoram a realidade linguística dos alunos, impondo um padrão que é distante de suas experiências cotidianas” (Miyake, 2015, p. 27). Isso representa um grande desafio para os educadores, que precisam adaptar esses materiais ou buscar alternativas que considerem a diversidade linguística de seus alunos, sem que isso comprometa a qualidade do ensino.

Além disso, os educadores enfrentam o desafio de desconstruir os preconceitos linguísticos que os próprios alunos trazem para a escola. Conforme apontado por Bagno, o preconceito linguístico é um reflexo das desigualdades sociais e culturais que existem na sociedade como um todo, e essas desigualdades também se manifestam no ambiente escolar. Ele explica que “os alunos internalizam a ideia de que a fala popular é inferior, e cabe aos professores o papel de desconstruir essa visão, mostrando que todas as formas de falar têm valor e são parte da identidade cultural de seus falantes” (Bagno, 1999, p. 36). Nesse sentido, os educadores precisam desenvolver práticas pedagógicas que promovam o respeito e a valorização da diversidade linguística entre os alunos, combatendo estigmas que podem prejudicar o desenvolvimento acadêmico e emocional dos estudantes.

Maridelma Martins também destaca a necessidade de uma abordagem crítica no ensino da língua portuguesa. Ela afirma que “o professor deve atuar como um mediador que, ao ensinar a norma culta, também estimula uma reflexão sobre as diversas formas de falar e a importância de todas elas” (Martins, 2008, p. 45). Esse é um desafio complexo, pois requer que os educadores promovam uma educação linguística que não seja apenas normativa, mas que também incentive a conscientização crítica sobre as relações de poder envolvidas no uso da língua. Os professores precisam equilibrar o ensino da norma culta, essencial para o acesso a oportunidades sociais e econômicas, com o reconhecimento das variantes linguísticas dos alunos como legítimas e dignas de respeito.

Outro desafio enfrentado pelos educadores, especialmente em áreas rurais, é a falta de recursos adequados para trabalhar a diversidade linguística em sala de aula. Conforme destacado por Miyake, “as escolas do campo enfrentam uma série de limitações, desde a falta de material didático apropriado até a carência de formação específica para os professores” (Miyake, 2015, p. 30). Nessas regiões, os professores muitas vezes precisam lidar com uma grande variedade de dialetos e variantes linguísticas, e a falta de apoio institucional torna essa tarefa ainda mais difícil. A ausência de materiais pedagógicos que reflitam a realidade linguística dos alunos aumenta a carga sobre os professores, que precisam criar estratégias próprias para lidar com a diversidade.

Para enfrentar esses desafios, Bagno sugere que a escola precisa adotar uma postura inclusiva, que valorize as diferentes formas de falar dos alunos. Ele afirma que “o primeiro passo para superar o preconceito linguístico na educação é o respeito à fala do aluno, reconhecendo que sua forma de falar é parte de sua identidade e cultura” (Bagno, 1999, p. 50). Isso implica não apenas uma mudança de atitude por parte dos professores, mas também uma revisão dos currículos e dos materiais didáticos, de modo a garantir que a diversidade linguística seja tratada como uma riqueza a ser explorada, e não como um obstáculo a ser superado.

Martins concorda e reforça a importância de formar professores preparados para lidar com essa diversidade. Ela conclui que “uma formação docente voltada para a conscientização crítica sobre o preconceito linguístico é fundamental para que os educadores possam desempenhar seu papel de forma eficaz e inclusiva” (Martins, 2008, p. 55). Isso significa que os professores precisam ser capacitados para reconhecer e valorizar a pluralidade linguística de seus alunos, criando um ambiente educacional que promova o respeito e a inclusão.

3.3 QUE GRAMÁTICA ENSINAR NA ESCOLA?

O ensino da gramática nas escolas é um tema de debate contínuo, especialmente em sociedades linguística e culturalmente diversas, como o Brasil. A pergunta sobre “qual gramática ensinar” revela uma preocupação fundamental: deve-se priorizar a gramática normativa, também conhecida como norma-padrão, ou incluir outras variantes linguísticas que fazem parte do repertório dos alunos? A resposta a essa questão deve considerar não apenas as necessidades formais da educação, mas também a diversidade cultural e social que os estudantes trazem para a sala de aula.

A gramática normativa, que se baseia em um conjunto de regras que representam o padrão da norma literária culta, é considerada essencial para o sucesso em contextos formais,

como no mercado de trabalho e em ambientes acadêmicos. Segundo Bechara (2015), a gramática normativa “recomenda como se deve falar e escrever segundo o uso e a autoridade dos escritores corretos”. Ela é, portanto, fundamental para a inserção dos estudantes em espaços onde o domínio da norma-padrão é exigido.

No entanto, focar exclusivamente na gramática normativa desconsidera o fato de que os alunos chegam à escola com diferentes formas de uso da língua, muitas vezes moldadas por sua vivência familiar, comunitária e regional. Essas variantes linguísticas não são “incorretas”, mas sim adaptações legítimas da língua em seus contextos próprios. Bechara também reconhece que “todo falante de uma língua histórica é plurilíngue”, uma vez que domina mais de uma norma, ainda que de maneira passiva. Essa pluralidade linguística deve ser vista como um ativo no processo educativo, e não como um obstáculo.

Portanto, o ensino da gramática na escola deve ir além da simples transmissão das regras da norma-padrão. Ele deve também incluir o reconhecimento e o respeito pelas variantes não normativas que fazem parte da identidade linguística dos alunos. A escola deve ensinar a gramática normativa, indispensável para contextos formais, mas, ao mesmo tempo, deixar claro que essa é apenas uma das muitas formas de se usar a língua. Ao fazer isso, o educador promove uma educação linguística inclusiva, capaz de equipar os estudantes com as ferramentas necessárias para navegar tanto em ambientes formais quanto em suas comunidades locais, sem menosprezar suas origens linguísticas.

Essa abordagem, além de valorizar a diversidade, ajuda a combater o preconceito linguístico, que frequentemente associa variantes regionais ou populares à falta de competência ou prestígio social. A escola, portanto, não deve ser um espaço de imposição de uma única norma, mas sim de ampliação do repertório linguístico dos alunos, de forma que eles possam transitar com facilidade entre diferentes contextos e exigências linguísticas.

Em resumo, a escola deve ensinar a gramática normativa sem, no entanto, excluir as variantes linguísticas não formais. O objetivo é garantir que os estudantes adquiram o domínio da norma-padrão, essencial em muitos contextos formais, ao mesmo tempo que desenvolvem uma consciência crítica sobre a diversidade linguística presente em sua sociedade. Isso promove uma educação mais justa e inclusiva, preparando os alunos para atuar em diferentes esferas sociais e profissionais.

3.4 ESTRATÉGIAS PARA COMBATER O PRECONCEITO LINGUÍSTICO

O combate ao preconceito linguístico no ambiente escolar exige uma série de estratégias que envolvem tanto a capacitação dos educadores quanto a reformulação de práticas pedagógicas e materiais didáticos. Autores como Marcos Bagno, Maridelma Laperuta Martins e Salete Aparecida Franco Miyake apresentam, em suas obras, diretrizes essenciais para promover uma educação mais inclusiva, que valorize a diversidade linguística e respeite as diferentes formas de falar dos alunos.

1. **Capacitação de Educadores e Sensibilização:** Conforme Maridelma Martins ressalta em *Preconceito Linguístico e sua Conscientização: o Papel da Escola*, a conscientização dos professores é o primeiro passo para enfrentar o preconceito linguístico. Educadores precisam ser capacitados para reconhecer e valorizar as diferentes variantes linguísticas faladas pelos estudantes, evitando julgamentos baseados na norma culta. Martins sugere que essa formação inclua reflexões sobre a diversidade linguística brasileira e os impactos sociais do preconceito, para que os professores possam abordar o ensino da língua com uma visão crítica e inclusiva (Martins, 2008, p. 40);
2. **Valorização da Diversidade Linguística no Currículo:** Marcos Bagno, em *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*, defende que o currículo escolar deve refletir a pluralidade linguística existente no Brasil. Ele sugere que as escolas adotem uma pedagogia que inclua discussões sobre as diversas variantes da língua portuguesa, e que ensine a norma culta sem desvalorizar as formas populares de fala (Bagno, 1999, p. 45). Dessa forma, os alunos podem compreender que todas as variantes têm seu valor, e que a norma culta é apenas uma entre muitas formas de expressão;
3. **Adaptação dos Materiais Didáticos:** Salete Aparecida Franco Miyake, em seu estudo sobre os livros didáticos de língua portuguesa utilizados em escolas do campo, identifica a necessidade de adaptação dos materiais pedagógicos para incluir a realidade linguística dos estudantes. Ela aponta que os livros didáticos frequentemente reforçam o preconceito linguístico ao apresentar apenas a norma culta como modelo correto de linguagem (Miyake, 2015, p. 29). Para enfrentar esse problema, Miyake sugere que os materiais didáticos incluam textos que representem a diversidade de falas regionais e populares, promovendo a valorização dessas variantes no processo de ensino-aprendizagem;

4. **Ensino da Norma Culta de Forma Contextualizada e Crítica:** Marcos Bagno enfatiza que o ensino da norma culta deve ser feito de maneira crítica e contextualizada. Em vez de impor a norma padrão como superior ou única forma válida de comunicação, a escola deve ensinar os alunos a dominar essa variedade linguística como uma ferramenta social, sem desmerecer suas formas de falar cotidianas. Bagno defende que a norma culta deve ser apresentada como uma das muitas possibilidades da língua, necessária em certos contextos formais, mas não superior às outras formas de expressão (Bagno, 1999, p. 50);
5. **Incentivo ao Debate sobre Linguagem e Poder:** Uma das estratégias mais eficazes sugeridas por Bagno é promover debates sobre as relações entre linguagem e poder. Ao discutir como a norma culta está associada a elites sociais e econômicas, os alunos podem desenvolver uma consciência crítica sobre o papel da língua na reprodução das desigualdades sociais. Isso contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e capazes de questionar as imposições linguísticas que excluem determinados grupos sociais (Bagno, 1999, p. 47);
6. **Inclusão dos Pais e da Comunidade Escolar:** A escola também precisa envolver a comunidade escolar no combate ao preconceito linguístico. Maridelma Martins sugere que atividades que incluam os pais e responsáveis podem ajudar a desmistificar as questões linguísticas, mostrando que as variantes populares ou regionais não são erros, mas sim expressões legítimas de identidade cultural (Martins, 2008, p. 55). Isso fortalece a parceria entre a escola e a comunidade, promovendo uma educação mais inclusiva.

4. CONCLUSÕES

O preconceito linguístico nas escolas, conforme abordado neste trabalho, constitui um dos principais desafios na educação básica, com implicações diretas no desenvolvimento acadêmico, social e psicológico dos estudantes. Autores como Marcos Bagno, Maridélma Laperuta Martins e Salete Aparecida Franco Miyake discutem a maneira como esse preconceito se manifesta na desvalorização das variantes linguísticas populares e regionais, em favor de uma norma culta, frequentemente tratada como superior e única forma válida de expressão no ambiente escolar.

Bagno (1999) argumenta que o preconceito linguístico está profundamente enraizado em estruturas sociais hierarquizadas que reproduzem desigualdades e marginalizam os estudantes que não dominam a norma culta. Esse processo gera exclusão e restringe as oportunidades de sucesso acadêmico e social dos alunos, reforçando estigmas que associam variantes populares à inferioridade intelectual. Martins (2008), por sua vez, destaca a importância da escola no combate a esse preconceito, enfatizando que uma formação docente voltada para a valorização da diversidade linguística é crucial para a promoção de práticas pedagógicas inclusivas. Já Miyake (2015) chama a atenção para a invisibilidade das variantes linguísticas nas escolas do campo, onde os materiais didáticos frequentemente falham em refletir a realidade dos estudantes, perpetuando assim a exclusão.

Diante desse quadro, torna-se evidente que a superação do preconceito linguístico exige uma transformação profunda nas práticas pedagógicas, na formação dos professores e na produção de materiais didáticos. Embora a norma culta deva prevalecer em contextos formais, devido à sua importância para a inserção social e profissional dos alunos, isso não implica desvalorizar as variantes linguísticas. A escola deve ensinar a norma culta como uma ferramenta essencial, mas sem desconsiderar as outras formas de expressão dos estudantes, que são parte integrante de suas identidades culturais e sociais.

Portanto, é necessário que as escolas adotem uma abordagem pedagógica que, além de ensinar a norma culta, também valorize as diferentes variantes linguísticas, reconhecendo-as como legítimas. Essa abordagem contribuirá para a construção de um ambiente de aprendizagem inclusivo, no qual as diversas formas de expressão são respeitadas e os alunos se sentem valorizados. Ao combater o preconceito linguístico, a escola não apenas promove justiça social, mas também fortalece a autoestima dos estudantes, melhora seu desempenho acadêmico e favorece seu pleno desenvolvimento. Assim, ao integrar a norma culta e as variantes

linguísticas no processo educativo, a escola contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e preparados para uma sociedade plural e democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**: o que é, como se faz. 7.^a ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- MARTINS, Maridelma Laperuta. **Preconceito Linguístico e sua Conscientização**: o Papel da Escola. São Paulo: Ed. Pioneira, 2008.
- MIYAKE, Salette Aparecida Franco. **Preconceito Linguístico**: Estudo dos Livros Didáticos de Língua Portuguesa Utilizados nas Escolas do Campo no Município de Tijucas do Sul. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.
- GARCÍA, Ofelia. **Bilingual Education in the 21st Century**: A Global Perspective. Malden: Wiley-Blackwell, 2009.
- LOUREIRO, Maria Inês. **O Preconceito Linguístico e a Educação**: Reflexões e Perspectivas. Brasília: Editora UnB, 2010. Disponível em: Editora UnB
- LOPES, Ana Maria. **A Variedade Linguística e a Educação**: Desafios e Possibilidades. Porto Alegre: Edipucrs, 2012.
- SILVA, Luiz Antônio. **Educação e Linguagem**: O Impacto do Preconceito Linguístico no Ensino. São Paulo: Contexto, 2014
- SOUZA, Tânia. **Diversidade Linguística e Inclusão Escolar**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- ZILBERMAN, Regina. **O Ensino da Língua Portuguesa e o Preconceito Linguístico**. São Paulo: Ática, 2018.